

URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E CIDADES PEQUENAS EM CONTEXTOS DE PRODUÇÃO ENERGÉTICA NA RAIA DO RIO URUGUAI¹

LEMOS, João Henrique Zöehler²

Recebido (Received): 2017-10-09 Aceito (Accepted): 2018-02-24

Resumo

Com o intuito de construir um debate sobre as cidades pequenas e a noção de urbanização extensiva, parte-se neste texto da análise da sociedade urbano-industrial contemporânea, a qual exige a produção de territórios que permitam a sustentação do modo de acumulação vigente, parte que forma a totalidade do sistema capitalista. Estas especificidades estão diretamente ligadas ao espaço urbano, do qual emerge a vida cotidiana que está vinculada a um ciclo (re)produtivo, dependente de diversos fatores, entre eles o consumo constante de energia elétrica. Embora muitas vezes deixadas de lado, as cidades pequenas cumprem um papel de relevância na rede urbana, onde se constituem como espaços de atendimento de necessidades externas, como fornecimento de mão-de-obra, matéria-prima e, neste caso, a produção energética. Neste contexto, os municípios limítrofes de Itá (SC)/Aratiba (RS) e Anita Garibaldi (SC)/Pinhal da Serra (RS) inserem-se como ambientes ligados ao complexo sistema energético nacional, servindo de base para os grandes centros industriais localizados a grandes distâncias. Estas cidades são analisadas através de um aporte teórico que permita compreender, preliminarmente, as suas (re)funcionalizações frente ao avanço de investimentos oriundos de diversos agentes, expressos sobretudo na implantação de usinas hidrelétricas localizadas em seus territórios, as quais a partir disso, provocam mudanças na paisagem e nas relações sociais em áreas rurais e urbanas.

Palavras-chave: Usinas hidrelétricas. Urbanização. Produção energética. Rio Uruguai. Oeste Catarinense.

URBANIZACIÓN EXTENSIVA Y CIUDADES PEQUEÑAS EN CONTEXTOS DE PRODUCCIÓN ENERGÉTICA EN LA TRAYECTORIA DEL RÍO URUGUAY

Resumen

Con la intención de construir un debate sobre las ciudades pequeñas y la noción de urbanización extensiva, se parte en este texto del análisis de la sociedad urbano-industrial contemporánea, la cual exige la producción de territorios que permitan la sustentación del modo de acumulación vigente, parte que forma la totalidad del sistema capitalista. Estas especificidades están directamente ligadas al espacio urbano, del cual emerge la vida cotidiana que está vinculada a un ciclo (re)productivo, dependiente de diversos factores, entre ellos el consumo constante de la energía eléctrica. Aunque muchas veces dejadas de lado, las ciudades pequeñas cumplen un papel de relevancia en la red urbana, donde se constituyen como espacios de atendimento de necesidades externas, como proveedoras de mano de obra, materia prima y en este caso, de producción energética. En este contexto los municipios limítrofes de Itá (SC)/Aratiba (RS) y Anita Garibaldi (SC)/Pinhal da Serra (RS) se insertan como ambientes ligados al complejo sistema energético nacional, que sirve de base para los grandes centros industriales localizados a grandes distancias. Estas ciudades son analizadas a través de un aporte teórico que permite comprender, de forma preliminar, sus (re)funcionalizaciones frente al avance de las inversiones oriundas de diversos agentes, expresados principalmente en la implantación de centrales hidroeléctricas localizadas en sus territorios, las cuales provocan mudanzas en el paisaje y en las relaciones sociales en áreas rurales y urbanas.

Keywords: Usinas hidroeléctricas. Urbanización. Producción energética. Río Uruguay. Oeste Catarinense.

¹ Artigo elaborado a partir da pesquisa de iniciação científica “Urbanização extensiva em contextos hidrelétricos”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC, desenvolvida no âmbito do projeto “Urbanização e hibridação sicionatural em contextos hidrelétricos”, sob orientação do Prof. Dr. Igor Catalão.

² Graduando em Geografia (licenciatura), Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Região, Urbanização e Desenvolvimento – NERUD, e-mail: joao.zoehler@gmail.com.

URBANISATION EXTENSIVE ET PETITES VILLES EN CONTEXTES DE PRODUCTION ÉNERGÉTIQUE DU FLEUVE URUGUAY

Résumé

Ayant comme but de faire un débat sur les petites villes et la notion d'urbanisation extensive, l'on part de l'analyse de la société urbaine industrielle contemporaine, qui exige la production de territoires qui soutiennent le mode d'accumulation actuel, c'est-à-dire une partie de la totalité du système capitaliste. Ces spécificités sont directement liées à l'espace urbain dont émerge la vie quotidienne, à la fois liée à un cycle (re)productif dépendant de divers facteurs, comme la consommation constante d'énergie électrique. Les petites villes, souvent négligées, jouent un rôle important dans le réseau urbain où elles se constituent comme des espaces qui répondent à des besoins externes, tels que l'offre de la main-d'œuvre, de matières-premières et de la production d'énergie dans ce cas. Ainsi, les communes limitrophes d'Itá (SC)/Aratiba (RS) et Anita Garibaldi (SC)/Pinhal da Serra (RS) sont des espaces liés au complexe du système énergétique national et soutiennent les grands centres industriels localisés à de grandes distances. Ces villes sont analysées par une approche théorique qui permet de comprendre, de façon préliminaire, leurs (re)fonctionnement face aux investissements issus de divers acteurs liés à l'implantation des usines hydroélectriques situées dans leurs territoires. Ces usines provoquent des changements au niveau du paysage et au niveau des rapports sociaux dans les aires rurales et urbaines.

Mots-clé: Usines hydroélectriques. Urbanisation. Production énergétique. Fleuve Uruguay. L'ouest de Santa Catarina.

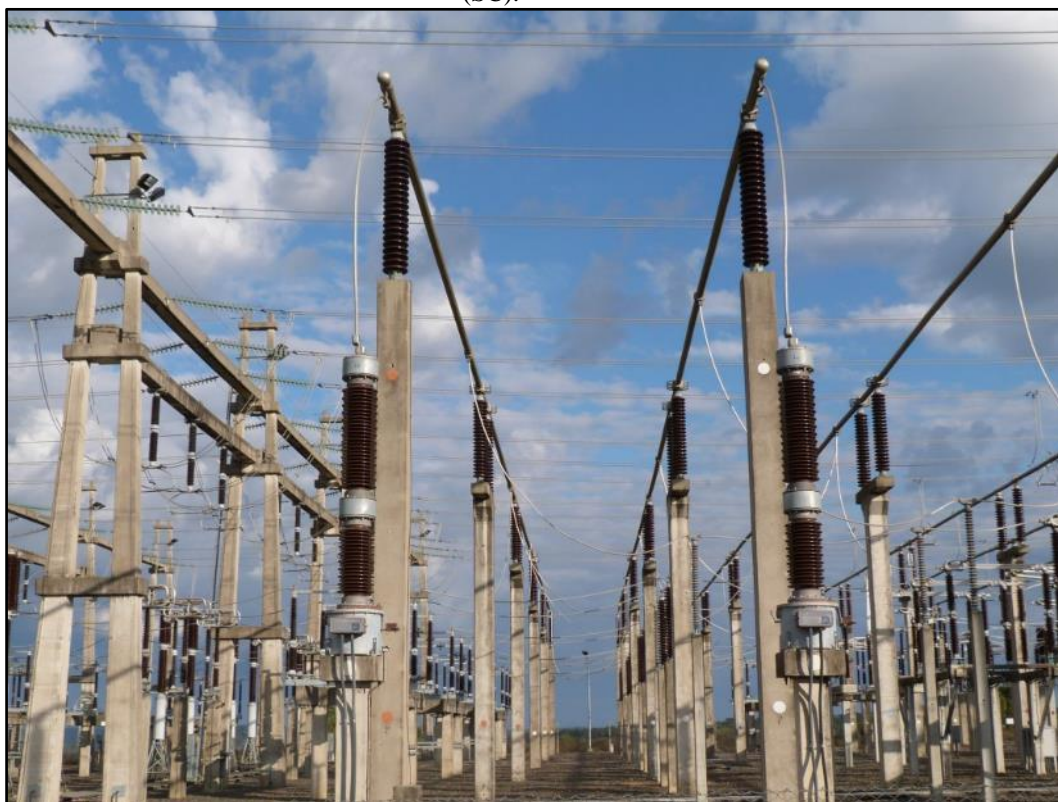
1 Introdução

A globalização constitui-se de elementos que se relacionam de formas diferentes com os ambientes, produzindo fluxos de informações, produtos, riquezas, além de outras materialidades, de forma a homogeneizar a geração de capital onde cada porção do território passa a conectar-se, de algum modo, direta ou indiretamente, a organizações industriais e financeiras. Essas externalidades influenciam as relações do lugar, com conexões que se traduzem em movimentos de interdependência entre os espaços, como quando, ao necessitarmos de uma quantidade crescente de energia elétrica nos grandes centros urbano-industriais, temos a origem desta, a energia, em ambientes remotos – muitas vezes opostos à urbe efervescente, em sua compreensão cosmopolita e tecnológica – e comumente associados a paisagens bucólicas e pacatas, vinculadas a uma natureza produzida, artificializada e direcionada a uma finalidade social específica (imagem 1). Neste contexto, o conceito de urbanização extensiva colabora para esta compreensão, pois a superação da dualidade conceitual entre cidade e campo é vista tendo a ampliação do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999) como questão central, onde não é mais apenas a cidade que, de fato, se institui como ambiente do pleno desenvolvimento da industrialização altamente técnica, mas sim o urbano que se espalha sobre o território de forma abrangente e voraz.

O conhecimento científico moderno guia-se por uma trilha binária, separando a sociedade da natureza, através de uma perspectiva compartimentada que produz, neste

movimento, interpretações que negligenciam o real contato entre o que é considerado natural e o que se denomina social, que são indissociáveis (CATALÃO, 2017). A produção de energia elétrica, resultado de uma hibridação entre o técnico, fruto da construção social, e o natural, proveniente do que se considera sem interferência humana, é vista como uma expressão da dispersão da produção industrial sobre o território, onde remotamente se normatiza a necessidade de tal recurso e, do mesmo modo em lugares distantes, produz-se para alimentar grandes centros urbanos. Ainda consideramos a reestruturação de cidades menores e sua volta, pois, com a implantação de complexos técnicos geradores de eletricidade – as usinas hidrelétricas, neste caso –, alguns agentes e seus objetos atuam de forma com que os municípios se reconfigurem, ressignificando a sua existência e seu papel na rede urbana (ENDLICH, 2009).

Figura 1- Elementos artificiais compõem a paisagem e produzem novas territorialidades em Anita Garibaldi (SC).



Fonte: do autor, 2017.

A forma urbana mencionada por Lefebvre (1999) materializa-se nas paisagens técnicas observadas na raia do rio Uruguai, onde estão contidos diversos equipamentos geradores de energia elétrica, tornando-as extensões do modelo urbano moderno, verdadeiras próteses (SOUZA; CATALÃO, 2016) que se acoplam ao grande organismo de reprodução do capital, comandado pelo Estado, enquanto parte complacente do processo de acumulação e as grandes

empresas que instituem a função desta produção criam artifícios que fazem com que a sociedade adquiria produtos oriundos deste modelo de relação econômica, neste caso, desde os conglomerados de geração de energia elétrica, que são comumente transnacionalizados, até as redes de lojas que trazem o consumo para o cotidiano da população – urbana e rural.

Constata-se, de antemão, o controle hegemônico sobre o território exercido pela cidade, o lócus da burocracia, o espaço pleno dos mandos e desmandos modernos. Em Santos (2012), vemos que é ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão territorial do trabalho, sendo um pleno indício das relações de subordinação entre espaços. A subordinação emerge aqui com o trabalho de remodelagem da paisagem, modificando-a com o propósito do atendimento de demandas exógenas ao lugar.

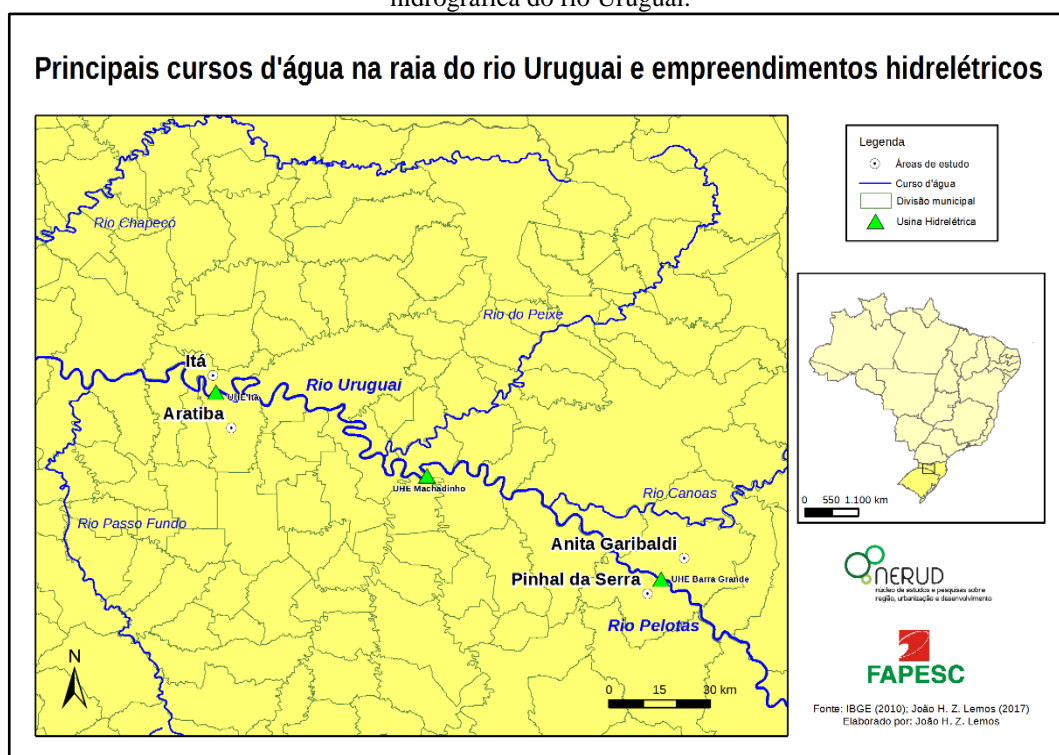
Este texto se apresenta como um esforço de costurar o debate acerca da produção energética em cidades pequenas nos vales dos rios Pelotas e Uruguai ao tema da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2006), entendida aqui como motor que guia a relação sociedade-natureza nos processos de hibridação socionatural (SOUZA; CATALÃO, 2016). Está dividido em três seções principais: uma que problematiza a questão da produção energética nos mencionados rios, outra que se destina a discutir a relação entre urbanização e cidades e uma última, de caráter mais sintético, que analisa algumas cidades pequenas a partir de sua situação geográfica como produtoras de energia elétrica para sustentar a urbanização contemporânea. Ao concluir, alguns elementos são destacados como necessários ao avanço do trabalho de pesquisa nesses municípios, especialmente ao ser questionado a real contribuição desses empreendimentos para as comunidades locais.

2 Contextos de produção energética nos rios Pelotas e Uruguai

A área de estudo, situada na calha dos rios Pelotas e Uruguai (imagem 2), abrangendo os municípios de Itá, Anita Garibaldi (Santa Catarina), Aratiba e Pinhal da Serra (Rio Grande do Sul), diz respeito a um cenário que necessita de várias análises, especialmente aliando as características físicas dos territórios, o seu papel enquanto área de potencial interesse para o Estado e grandes empresas do setor energético (graças às suas morfologias que favorecem a implantação de usinas geradoras de energia elétrica através da hidrografia da região), os conflitos territoriais encontrados pela desapropriação da terra em prol dos empreendimentos hidrelétricos e a radical modificação na paisagem. Tudo isso contribui para a produção de novas materialidades que se compreendem como próteses socionaturais (SOUZA; CATALÃO, 2016).

Em uma ligeira contextualização geográfico-histórica, as áreas estudadas possuem uma formação socioespacial (SANTOS, 1977) relativamente distinta, ao menos no caminho percorrido inicialmente, onde mais a leste, nos municípios de Anita Garibaldi e Pinhal da Serra, a sua ocupação oficial confunde-se com as antigas rotas de tropeiros e grandes áreas de terra ocupadas para o manejo da pecuária, especialmente a partir do século XVIII (ZARTH, 2012). Por outro lado, mais para oeste, a atuação do Estado configurando políticas de ascensão demográfica se dá mais fortemente a partir do Vale do Rio do Peixe, onde o curso d'água já é denominado rio Uruguai, com o (re)povoamento através da concessão de terras a empresas colonizadoras que, por sua vez, ao dizimar as grandes áreas originariamente ocupadas pelas Florestas Ombrófila Mista e Estacional Decidual (KLEIN, 1978) através da extração madeireira, comercializam suas terras com milhares de famílias oriundas principalmente das chamadas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul (RADIN, 2009; RENK, 1997; WERLANG, 2006).

Figura 2- Localização das áreas estudadas e alguns dos principais cursos d'água que formam a bacia hidrográfica do rio Uruguai.



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Inúmeros conflitos foram gerados com estas formas de povoamento, especialmente envolvendo a expulsão dos caboclos que ocupavam a região, bem como descendentes de portugueses, indígenas e africanos. A expulsão se dá principalmente porque o regime de

propriedade privada da terra registrada em documentos não existia na sociedade que até então habitava o local, tendo-os o Estado considerado apenas posseiros que ocupavam irregularmente as áreas de terra comercializadas. Boa parte desses conflitos puseram no centro o poderio estatal em relação ao território catarinense, tais como a Questão de Palmas (para os argentinos, de Misiones) e a Guerra do Contestado. Não vamos expandir este debate, que pode ser analisado de forma mais detalhada nas obras de Auras (2001), Heinsfeld (2014) e Valentini (2016), entre outros.

A expansão das atividades capitalistas na região oeste de Santa Catarina começa a se desenhar especialmente com a transição do capital mercantil baseado em produtos agrícolas para a constituição de unidades produtivas vinculadas ao setor – agora - agroindustrial, este que demandaria posteriormente um acréscimo significativo no consumo de energia. No mesmo contexto, se dá o aumento exponencial da industrialização vivenciada no território brasileiro como um todo (ESPÍNDOLA, 1999; SPOSITO; SANTOS, 2012), que seria alimentado através das redes interligadas de distribuição elétrica (como na imagem 3). Os elementos para a formação de um complexo energético nacional e a sua autossuficiência levaram o Estado brasileiro a realizar, na década de 1960, estudos na região sul do Brasil para a implantação de novas unidades geradoras, fazendo-se valer das especificidades físicas, tendo os cursos dos rios Pelotas e Uruguai sido considerados como uma “mina de energia” (ESPÍNDOLA, 2009, p. 27).

A importância que o setor agroindustrial tem para a região Sul do Brasil explicita uma tendência à especialização funcional dessas áreas, em especial à mesorregião Oeste Catarinense. Isso pode ser compreendido, no caso catarinense, ao analisar a constituição dos sistemas técnicos deste estado, em um movimento de demanda e possibilidade, onde o Estado promove de algum modo promover um possível desenvolvimento, atendendo a uma demanda oriunda do empresariado local, conforme o que é observado nos trabalhos de Espíndola (1999), Goulart Filho (2010) e Pertile (2008). Esta especialização influencia, de fato, a demanda por mais energia, sendo atendida – não somente obedecendo essa demanda local – pela implantação dos complexos de produção hidrelétrica.

Figura 3 - A alteração da paisagem e consequente inserção de objetos técnicos é um elemento representativo da modernização urbano-industrial sobre áreas consideradas naturais: na figura, estruturas para a transmissão de energia elétrica, produzida na usina hidrelétrica de Itá (SC).



Fonte: do autor, 2017.

Vemos que segundo Espíndola (2009), os estudos que visavam a implantação de unidades produtoras de eletricidade foram institucionalizados pela Eletrobrás, então companhia pertencente à União. Ao todo, foram 25 pontos definidos como viáveis para o aproveitamento energético, visando principalmente o ideário de suficiência do setor de energia no país.

Nesta perspectiva, devemos mencionar que estes projetos e intenções acabam por compactuar com os interesses hegemônicos do período da realização (segunda metade do século XX) entre o Estado, representado pela figura do nacional-desenvolvimentismo proposto pelo governo ditatorial militar e, com várias ações aliadas, os oligopólios emergentes em escala nacional e internacional, vinculados às obras faraônicas deste período. Santos (2013, p. 34) afirma que a disposição dos objetos geográficos, além da configuração territorial, “[...] é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem [o ser humano] vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprias de cada época”.

Uma importante característica das mesorregiões de estudo (mesorregiões nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul e planalto serrano e oeste de Santa Catarina) é a existência de uma divisão em dois estados do território marcado por características em comum, embora

existam diferenças quanto à quantidade de municípios. Há, no geral, pequenos núcleos urbanos caracterizados por urbano-ruralidades (cf. imagem 4), pois as relações entre o considerado urbano e o entendido como rural (ultrapassando a simples definição do distrito sede e suas demais divisões) são bastante fortes. A tênue divisão entre atividades urbanas e não-urbanas marca esses espaços, pois, muito comum é a predominância das atividades oriundas do campo na arrecadação dos municípios, influenciando de tal modo no cotidiano e modo de vida do lugar. Os aspectos pacatos, associados simbólica e materialmente ao imaginário rural, expressam-se na cidade, na sede destes municípios, portanto na área urbana.

Figura 4 - Urbano-ruralidades de Pinhal da Serra (RS): aspectos pacatos e bucólicos caracterizam as cidades pequenas.



Fonte: do autor, 2017.

Através do emprego da noção de raia (SOUZA, 2011), compreendemos sob uma ótica diferenciada e integradora a área de estudo, onde considera-se uma integração sionatural e um compartilhamento de elementos técnicos através de suas formações socioespaciais, já mencionadas, além do elo que sela a rugosidade da ação humana nestes espaços ditos naturais. Consideramos a raia um elo, uma união, pois é através desta visão que será feita uma análise abrangente de diversos aspectos que formam o espaço destas duas importantes faces da Raia Santa Catarina/Rio Grande do Sul.

Por conseguinte, nosso esforço se dirige para problematizar a integração desses pequenos núcleos urbanos às formas de organização em que a urbanização extensiva se expressa (MONTE-MÓR, 1994, 2006), tendo como manifestação máxima a materialização de objetos técnicos de grande envergadura, como são as usinas hidrelétricas, em áreas antes precariamente tecnificadas, ainda carentes de mínima infraestrutura. Agora, a partir destas novas apropriações do sistema de produção global vigente, algumas incorporam novas características urbanas, como Itá totalmente reconstruída em nova forma do sítio urbano. Em contraste a isso, municípios de igual importância se considerarmos a produção energética e sua posição na hierarquia urbana, ainda carecem de elementos banais de infraestrutura, como acessos completamente pavimentados às cidades, não presente, por exemplo, na cidade de Anita Garibaldi.

Assim, localizadas entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estas áreas produtoras de energia através de usinas hidrelétricas constituem-se como materialidades do externo, do outro, com a produção direcionada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que faz a distribuição de energia elétrica no Brasil, cooperam com circuitos de produção localizados em áreas remotas, não sendo necessariamente utilizado – este recurso, a energia – nas áreas produtoras do mesmo, criando então uma relação de interdependência, pois não é possível identificar onde será utilizada, de fato, a eletricidade originada nos rios Uruguai e Pelotas.

3 Cidades e urbanização: relações contemporâneas

Antes de definirmos as cidades pequenas e seus nexos, é necessária uma breve análise acerca da cidade, do urbano e sua origem, especialmente a partir da terceira revolução urbana (SOJA, 2008), onde nela encaramos um cenário urbano-industrial marcado por acontecimentos importantes que até hoje interagem com o modo como as cidades se inserem na rede urbana e na divisão territorial do trabalho. Para isso, será especialmente útil a este trabalho, a ideia de urbanização extensiva.

Segundo Monte-Mór (2006), a cidade como conhecemos hoje, até a revolução industrial, era inexistente, pois a população não era tão significativa nas áreas mais urbanizadas. O espaço urbano, meio e fim das relações capitalistas, por ser produto e caminho para a acumulação, é cenário do acontecimento das relações humanas, sendo modificado substancialmente com o advento da industrialização, ocorrendo o que Lefebvre (2001b, p. 18) denomina de “implosão-explosão”. O tecido urbano ultrapassa as barreiras locais, nacionais,

estende-se ferozmente sobre o território, levando a urbanidade a outras remotas áreas. Este fenômeno altera a estrutura existente, tornando o operário, agora mero negociador de sua força de trabalho (empregado em qualquer tipo de atividade), mais um dentre tantos reféns dos novos assombros da geração de mais-valia.

A cidade industrial, considerada metaforicamente por Lefebvre (2001a, p. 49) como o “sujeito da história”, apresenta-se com características específicas, como o grande núcleo concentrador dos meios de produção, sendo também a plena expoente da política e seus demais instrumentos de dominação. A relação entre o campo e a cidade é dialética e bastante entrelaçada, sendo a cidade o grande ente signatário das ordens burocrático-administrativas. Monte-Mór (2006, p. 10) ao também iniciar o debate sobre as relações do urbano e suas várias vias de análise na contemporaneidade, já traz que “a relação entre cidade e campo se situa, histórica e teoricamente, no centro das sociedades humanas”, resultando da “divisão entre o trabalho intelectual e trabalho manual”.

O campo hoje é observado como uma área em processo constante de mutação, fazendo parte do que Lefebvre (1999) considera processo de urbanização completa. Antes do cenário atual onde estas relações são muitas vezes difíceis de separar e pelos regimes de acumulação, vinculados especialmente ao agronegócio que age de forma predatória, Lefebvre (2001b, p. 74) deixa claro que nem sempre foi assim, pois “a relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção”. Na feudalidade ocidental, a cidade era ameaçada constantemente pelo senhor das terras, pois há uma emergência social que contrapõe os interesses dos mesmos, através dos mercadores que lá (nas cidades) utilizavam o espaço como um elemento de autoafirmação e resistência (LEFEBVRE, 2001b). Monte-Mór (2006, p. 11), em concordância com as ideias presentes em Soja (2008), afirma que,

A cidade, na visão histórica dominante na economia política, constitui o resultado do aprofundamento da divisão socioespacial do trabalho em uma comunidade. Esse aprofundamento resulta de estímulos provocados pelo contato externo e da abertura para outras comunidades, envolvendo processos regulares de troca, baseados na cooperação e na competição (MONTE-MÓR, 2006, p. 11).

Mais à frente em Monte-Mór (2006) vemos que a cidade necessita de estruturas que condicionem as relações para afirmar o poder político local (em uma visão primária, superficial que pode ser, claro, muito mais extensa que o simples recorte local), permitindo que a extração da mais-valia oriunda do campo seja realizada. Não é difícil perceber que o campo tido aqui como área de extração de sua produção, feita através de agentes que controlam o poder, não é

a única área em que despontam desigualdades tanto quanto a acumulação e submissão. Os vínculos da rede urbana e da divisão territorial (internacional) do trabalho são estabelecidos com estas relações de submissão, resultantes em horizontalidades e verticalidades que, como Santos (2013) explica, aceleram as tensões e são confluentes com regulações em muitos momentos arbitrários.

Conforme segue Monte-Mór (2006), o campo que outrora se encontrava com um status de relativa autonomia em relação à urbe agora é marcado pelo seu regime de necessidade destas relações, pois passa a ser tarefa da cidade o processo de agregação de valor na produção oriunda do espaço rural.

É neste contexto de interdependência, que, como mencionado pouco acima, resulta de um contemporâneo movimento dialético onde a cidade não é cidade sem o campo e o inverso segue com a mesma condição, que Monte-Mór (1994), juntamente com a carga teórica de Lefebvre (1999), traz, de modo bastante interessante, o percurso do conceito da denominada urbanização extensiva.

Pensamos em princípio que as cidades dependem umas das outras para a sua existência, não sendo, portanto, um regime solitário de relações circunscritas. Estas relações se desenvolvem plenamente a partir da associação de diversos fatores de produção material, mesmo que um local não esteja vinculado diretamente a outro modo de construção do capital, mas sim trabalhando de modo conjunto, síncrono. Além das relações puramente de produção, entendemos também as relações culturais de percepção do seu próprio modo de vida, como Lefebvre (1999, p. 17) explicita:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Quer dizer, a cidade, em seu processo de explosão (Lefebvre, 2001b) – no sentido mais franco de espraiamento – leva suas características ao campo, o antes considerado oposto ao urbano, condicionando isto que resta da chamada vida agrária às necessidades e particularidades da polis moderna. É chamado também por Lefebvre de zona urbana, esta que se refere ao estágio superior de organização e domínio das cidades sobre outros espaços, sendo a causa e consequência do processo de implosão-explosão do urbano. Seguindo com Monte-Mór (1994), este expõe um exemplo muito didático do que é de fato a extensão do urbano, citando a grande área metropolitana, que é a “expressão mais óbvia da zona urbana de que fala Lefebvre, da

urbanização extensiva, implodida sobre o centro metropolitano [...] equipada para a reprodução coletiva sobre a forma do tecido urbano [...]” (MONTE-MÓR, 1994, p. 170), trazendo aspectos como áreas específicas que eram ícones da cidade industrial, como “distritos industriais, indústrias isoladas, comércio, serviços, bairros residenciais, cinturões agrícolas, áreas de lazer, etc.” (MONTE-MÓR, 1994, p. 170). O inicialmente retido no núcleo da indústria por excelência, agora, bruscamente, perpassa os seus limites e adentra espaços anteriormente consideramos pacatos, naturalizados, ruralizados.

No estudo de Monte-Mór (2006) consegue-se um entendimento à luz das modificações mais recentes na forma de ordenamento urbano, especialmente a brasileira. Destacamos do autor a ideia de que, além do efeito de transbordar sobre o território, a cidade também amplia a práxis urbana, levando a outros espaços que não o primariamente citadino, o âmago da política que caracteriza a sociedade atual, ambiciosa sobre os meios de produção que condicionam tudo e todos a sistemas hegemônicos de produção e geram a acumulação a parcelas ínfimas da comunidade.

No caso de Itá, a transferência da cidade de uma área para outra promoveu mudanças significativas no modo como a população local se relacionava com o espaço urbano, aliás, não somente este, mas também áreas rurais que foram alagadas com o enchimento do reservatório da usina hidrelétrica hoje presente no local. Isto fez com que uma grande parte da população fosse atingida, levando-as à “nova Itá” (imagem 05) ou então que fossem alocadas em outras áreas de terra, em municípios variados na região Sul do país (ESPÍNDOLA, 2009).

Estes movimentos modificam a morfologia urbana, reconstituindo o tecido da cidade, além de provocar radicais alterações na fisionomia vinculada ao Brasil agrário. Monte-Mór (2006, p. 17) traz que “se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial mediante a expansão da base material requerida pela sociedade [...]”, tendo em Itá, a exemplo, uma importante expressão desta necessidade da economia industrializada, onde, para o atendimento de tais necessidades, inúmeros territórios são modificados para alimentar o sistema econômico vigente. Em concordância com Lefebvre (2001b, p. 14), as cidades pequenas estudadas aqui podem ser rotuladas como “territórios dominados em favor de uma organização já estabelecida, a qual faz com que os espaços ao seu redor sirvam de algum modo aos seus interesses.

Figura 5 - A reestruturação de Itá (SC) proporcionou uma nova realidade no local, com a mudança da cidade da área alagada para outro espaço da cidade, motivada pela instalação da UHE de Itá.



Fonte: do autor, 2017.

Este ato de transbordar sobre o território produz modificações que, em consequência, produzem novas formas urbanas. As novas formas, segundo Monte-Mór (2006, p. 16), especialmente os núcleos urbanos recentes, comumente pequenos, constituem parte do processo de urbanização que se virtualizou sobre o território, ligando-as (as cidades) por uma complexa rede urbana que é produzida através de hierarquias categorizadas por relevância, mas que se mantém com a fluidez somente se o todo estiver completo, ou seja, se as cidades pequenas estiverem ativas e plenamente condicionadas à (re)produção da práxis urbana. Ao compreender Lefebvre (2001b), é possível interpretar, de modo a aprimorar o entendimento dessa relação entre as cidades (e o campo), o entendimento de que a divisão do trabalho está correlacionada com a rede de cidades, onde o trabalho se divide social, política e tecnicamente.

4 Cidades pequenas e seus papéis

Com a compreensão da urbanização extensiva conseguimos avançar para a discussão do significado das cidades pequenas na rede urbana, entendendo os diversos processos de sua formação territorial e os arranjos na hierarquia das cidades. É com o trabalho de Endlich (2009)

que iniciamos esta etapa, com uma constatação trazida pela autora que é até mesmo incômoda: o silêncio acadêmico em relação às cidades pequenas, onde os trabalhos são feitos, porém permanecem isolados de outros estudos.

Para considerarmos a noção de cidade pequena, Sposito e Jurado da Silva (2013) contribuem suficientemente para esta discussão trazendo o debate da conceituação deste tipo de aglomeração, além de formularem um aparato teórico que nos auxilia na compreensão da ideia de cidade em outros países.

Compreende-se que a cidade pequena possui “uma materialidade no seu plano espacial enquanto forma no processo de urbanização e uma imaterialidade que pode estar relacionada aos seus fluxos (de diferentes dimensões e natureza)” (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 31), sendo que, de um lado, a cidade pequena tem características iguais a outros centros urbanos, mas, a partir de outra visão, “revela particularidades [...] predicados que são parte do todo em conjunto e pode conter singularidades, isto é, características únicas que se combinam na produção desigual do espaço na divisão territorial do trabalho (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 31).

Este trabalho envolve as *cidades pequenas* de Itá e Anita Garibaldi, no estado catarinense, e Aratiba e Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul, que se encaixam nesta abordagem, sendo que cada uma delas apresenta singularidades, apresentadas nas formas com que se relacionam – direta ou indiretamente – com a natureza, organizam-se enquanto espaços rurais e urbanos, além dos fluxos que lhe pertencem e perpassam seu território, definindo especificamente o modo como relacionam na rede urbana, em diversas escalas. Conforme a tabela 01, são observados os dados relativos à população de cada município, traduzindo sob a perspectiva demográfica, a dimensão de cada um dos locais de estudo.

Tabela 1 - População residente nos municípios de estudo (2010) – pessoas

Município	População total	População urbana	População rural
Anita Garibaldi (SC)	8.623	4.551	4.072
Aratiba (RS)	6.565	3.316	3.249
Itá (SC)	6.426	4.057	2.369
Pinhal da Serra (RS)	2.130	478	1.652

Fonte: IBGE, 2010, organizado pelo autor.

A definição de cidade no Brasil é, sob o âmbito político-administrativo, a sede do município, delimitada pelo seu perímetro urbano, um tipo de divisão imaterial que nem sempre

condiz com a realidade cultural, social, espacial e demais dimensões cabíveis, onde a produção humana não é necessariamente balizada por este condicionante que é uma proposição da organização estatal-burocrática. Sposito e Jurado da Silva (2013) trazem apontamentos relevantes neste sentido, onde com este modo de classificar o que é e não é urbano, ficamos submissos a lógicas que são regularmente externas aos próprios interesses da comunidade. Conforme os autores, isto implica diretamente na

a) artificialidade da fronteira entre cidade e campo com a eleição arbitrária do perímetro urbano para delimitar tais espaços - o perímetro urbano, definido por lei municipal, pode ser definido por critérios que não espelhem a dinâmica territorial do município, pode ser definido por vontades pessoais, por injunções de grupos de interesses fundiários, por exemplo; b) na distorção do conceito de cidade, porque não toma como ponto de referência a dimensão histórico-geográfica desta realidade - a formação da área urbana, a localização dos equipamentos na malha urbana, etc., são aspectos necessários para que se tenha referência da dimensão da cidade; e c) numa corrida pela arrecadação fiscal (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 33).

Na sequência do texto, fica evidente que esta definição dada pelos critérios político-administrativos não é eficaz, onde municípios de considerável extensão territorial e população relativamente ínfima, como Altamira, no Pará, estão sob a mesma regulamentação que outros menores e muito mais populosos, como São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

A dimensão das cidades pequenas é constituída por diversos exemplos, com cada uma delas inserida de um modo, com uma dinâmica econômica diferente e, em casos comuns, dependentes de um só tipo de produção, ou seja, especializadas produtivamente, constituindo um processo de dependência onde um modelo de indústria comanda a economia. Sposito e Jurado da Silva (2013) trazem o pensamento de Milton Santos, que denomina de outro modo este padrão de aglomeração: “a pequena cidade, que preferimos chamar de cidade local, torna-se o centro funcional mas não dinâmico da região circundante [...]” (SANTOS, 1982b, p. 51 apud SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 37). E ainda, encarando os serviços e recursos disponíveis, “a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população [...]” (SANTOS, 1982b, p. 71 apud SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 37).

Sposito e Jurado da Silva (2013) também retomam a denominação de Santos para as aglomerações pequenas como pseudocidades, o que segundo o autor, leva a compreendê-las como uma visão de que a realidade vivida nestes ambientes, não é de fato urbana, própria da cidade. Nesta noção, cabe uma ressalva: o termo pseudocidade pode levar a uma percepção equivocada destas áreas, pois, a partir do momento em que são instituídas, cabe ao Estado o

papel de permitir um desenvolvimento pautado nas necessidades locais, proporcionando uma realidade urbana (e rural) condizente com a prática social do lugar. De qualquer modo, esta ideia traz que mesmo considerando que são de fato cidades, estabelecidas através do Estado e seus critérios político-administrativos, constituem-se como ambientes de dependência externa em vários setores e funções. Em países que consideram apenas números como critérios, como o tamanho da população, também não se efetiva a realidade socioespacial existente, o que leva também a perigosas generalizações.

Assim, a forma de urbanização encontrada no Brasil cria um aporte de processos que favorecem certos modelos de ocupação e formação territorial, vinculados à expansão capitalista de produção. Endlich (2009) contribui para entender que as várias cidades pequenas existentes na rede urbana brasileira são reflexos de contextos socioeconômicos distintos, ligados principalmente ao controle sobre a terra, especificamente a concentração fundiária existente há séculos no país. A análise a partir da formação socioespacial, portanto, nos permite uma compreensão ampla, relacionando a atual existência dos diversos espaços com os contextos nos quais foram constituídos, sob temporalidades distintas.

Nas regiões de Itá (SC) e Aratiba (RS), existem de forma predominante diversas cidades pequenas, com este modelo se relacionando diretamente com as práticas de (re)ocupação da terra que, como já tratamos aqui, era feito através de empresas privadas que comercializavam lotes de terra – estes com aproximadamente 25 hectares cada – formando núcleos populacionais modestos, divididos de forma que o acesso se dava através de longos caminhos, paralelos aos lotes, as comumente denominadas linhas (RADIN, 2009). O incremento populacional destes núcleos levou ao movimento que faria surgir cidades, estas que desde a constituição, portanto, estariam profundamente ligados aos meios de produção agrícolas. A comercialização se dava através de relações próximas ou, em casos específicos, com o deslocamento dos produtos até estações férreas, localizadas ao longo da ferrovia São Paulo-Rio Grande – especificamente ao longo da região do rio do Peixe.

Na imagem 06, observamos o processo gradativo de modificação da paisagem urbana de Itá (SC), onde com o processo de realocação da população local, a cidade moldou-se conforme a implantação da usina hidrelétrica de Itá. Na imagem esquerda: a cidade de Itá no início dos anos 1990, com o rio Uruguai ao fundo, áreas que serviram posteriormente como reservatório para a UHE Itá; na direita: gradativa alteração na paisagem, com a demolição das edificações existentes. Note a igreja, nesta imagem, também existente na imagem anterior, que tem suas torres servindo, hoje, de atração turística.

Figura 6 - Itá: início dos anos 90, antes do deslocamento da população e durante o processo de demolição das edificações existentes.



Fonte: acervo do Consórcio Itá.

Observamos que a existência destas cidades está relacionada muito intimamente com o consumo externo a elas e a uma relativa especialização produtiva do território. Assim como a ideia de urbanização extensiva exalta as sujeições entre lugares, a cadeia produtiva existente nesta porção do território está altamente correlata com outras especificidades do espaço urbano de lugares distintos.

No trabalho de Corrêa (2015, p. 255-273), vemos algumas constatações dos efeitos da globalização sobre cidades pequenas, onde promovem modificações nas suas dinâmicas, além de produzirem novas relações hierárquicas no sistema produtivo capitalista, do qual a rede urbana é uma expressão. No texto, Corrêa (2015) traz dois modelos de refuncionalização das cidades pequenas: primeiro, a perda da centralidade destas localidades e, segundo, a especialização produtiva. A perda de centralidade caracteriza-se por fatores como a redução populacional, a concentração fundiária e a diminuição de investimentos, refletindo num menor circuito de serviços para a população, além de uma geração de empregos deficitária, o que torna o pequeno centro um local de reserva de mão-de-obra, com ampla dependência de agentes externos a ele. No segundo modelo, que tange às novas funcionalidades das cidades pequenas, o autor traz a concepção de especialização produtiva, onde centros locais se resignificam a partir de um modo de produção vinculado a um circuito específico, dotando-se de técnicas que dizem respeito a um modelo direcionado de indústria.

Figura 7 - Vista parcial de Anita Garibaldi (SC): observam-se alguns esparsos investimentos na infraestrutura da área urbana, como na imagem, a pavimentação asfáltica



Fonte: do autor, 2017.

No caso em análise, dos municípios de Anita Garibaldi e Itá (SC), Pinhal da Serra e Aratiba (RS), constatamos até o momento que as suas ressignificações estão vinculadas à produção de energia elétrica através dos objetos implantados em seus limites territoriais, embora os reflexos sejam mais visíveis em parte destes, com, por exemplo, casos de carência de infraestrutura ainda presentes mesmo após os projetos hidrelétricos estarem instalados. Na cidade de Anita Garibaldi (cf. imagem 7) é possível constatar uma melhoria relativa decorrente da instalação da usina hidrelétrica de Barra Grande, onde a sede urbana recebeu a pavimentação asfáltica de parte das vias. Cabe uma indagação: até que ponto a instalação destas usinas compreendem melhorias para os municípios afetados com as áreas inundadas que conseqüentemente tiveram sua população realocada?

5 Considerações finais

Com o intuito de concluir este trabalho, serão considerados pontos já debatidos aqui e etapas a serem realizadas em outros momentos, que poderão responder algumas das indagações deixadas sem resposta neste texto. O levantamento teórico pertinente aos temas de estudo

continua sendo feito, abordando temáticas que dizem respeito a temas como: urbanização extensiva, cidades pequenas, reestruturação urbana e hibridação sionatural. Estas temáticas se correlacionam e proporcionam uma construção que envolve a totalidade da pesquisa, fazendo com que exista a emergência de conceitos pouco trabalhados e, até mesmo, negligenciados por diversos motivos. A realização de trabalhos de campo nas áreas de estudo se constituem como fundamentais para o andamento do estudo, tendo sido feitas saídas para análises empíricas, nas cidades de Itá e Anita Garibaldi (SC) e Pinhal da Serra (RS).

A discussão que estes processos de urbanização incorporam é de grande relevância, tendo nos locais estudados uma amostra dos impactos decorrentes dos centros urbano-industriais, aliando então a concepção de cidades pequenas e todos os seus significados dentro da Geografia, com a ideia de urbanização extensiva, oriunda de uma vertente lefebvriana, como diz Monte-Mór (1994), representando as diversas escalas das implicações do urbano sobre o território, constatando o seu avançado espraiamento.

Com o avanço do texto, tem-se dois grandes trajetos conceituais a seguir, com visões que se inter-relacionam (inclusive, claro, com as perspectivas já citadas): 1) de uma produção sociotécnica que envolve tanto os aparatos de extrema complexidade, como as unidades de geração de energia através do fluxo aquático (usinas hidrelétricas, cf. imagem 8) quanto os menos complexos, através de infraestrutura básica, compreendendo estradas, arruamentos, edificações com finalidades específicas, melhoramento básico na condição técnica dos locais, dentre outros; e 2) a hibridação sionatural, sob uma ótica integradora, desmistificando a relação dicotômica e dualista oriunda da ciência moderna, baseando-se no cartesianismo que insiste na separação entre o humano e o natural. Esta perspectiva contribui para o debate da sionatureza (SOUZA; SOUZA, 2016), sendo mecanismo de análise para a elaboração de políticas que favoreçam um igualitário cenário de prosperidade.

Estes elementos colaboram para uma compreensão dos fluxos envolvidos na produção do espaço urbano (e rural) das cidades pequenas, caracterizados por estarem ligados às formas globalizadas (e globalizantes) de produção capitalista que, rompendo barreiras físicas e políticas, disseminam-se sobre o território, criando modos de vida específicos que estão vinculados a centros maiores que os próprios locais de análise.

Figura 8 - Esquerda: Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Direita: Usina Hidrelétrica de Itá. Localizadas entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, representam uma grande alteração na paisagem, produzida através de modernas técnicas socionaturais e simboliza as necessidades da produção moderna urbano-industrial



Fonte: do autor, 2017.

As características que envolvem a moderna produção de energia se territorializam em lugares antes portadores de outros significados na rede urbana, sendo eles, agora, o ambiente ideal para a sustentação da reprodução de capital, dotando-os de estrutura técnica avançada, criando racionalidades que convergem na plena acumulação – de poder e capital - de setores dominantes. O Estado interage com esta teia de relações de modo a consentir este modelo produtivo, principalmente ao direcionar investimentos que permitem a exploração de elementos naturais, como, neste caso, o uso de cursos d’água para a implantação de usinas hidrelétricas.

Referências bibliográficas

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015.

CATALÃO, Igor. Desafios para a construção do direito à cidade. Conferência de abertura. In: **Ciclo de debates sobre o meio ambiente**, 8., 30 maio a 2 jun. 2017, Facip/UFU, Ituiutaba. Mimeo.

ENDLICH, Ângela. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. especial, p. 1-14, jul./dez., 2011.

ENDLICH, Ângela. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorialidades na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

GOULART FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do vale do rio do Peixe-SC**. São Paulo: Perse, 2014.

KLEIN, Roberto Miguel. Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina. In: REITZ, Raulino (ed.). **Flora ilustrada catarinense**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001b.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense**. 2008. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p.81-99, jun. 1977.

SOJA, Edward. **Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Madrid: Traficantes de sueños, 2008

SOUZA, Reginaldo José de; CATALÃO, Igor. Da “Cidade-Cyborg” à “Atmosfera-Cyborg”: contribuições à análise do espaço e do clima urbanos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 28, p. 199-213, mai./ago., 2016.

SOUZA, Reginaldo José de. Fronteiras ou Raias (?). In: PASSOS, Messias Modesto dos (Org.). **A raia divisória: São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul (cenários e cenários)**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

VALENTINI, Delmir. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2016.

WERLANG, Alceu. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

ZARTH, Paulo Afonso. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.